

João Camilo de Oliveira Torres – História do Brasil

O Historiador

João Camilo (1915 – 1973) nasceu e viveu em Belo Horizonte-MG, destacando-se como um grande historiador. Teve outras facetas que lhe destacam a vida produtiva, mas resumo sua biografia apenas com “grande historiador” pois aqui há muito mais que um adjetivo comum, concedido nos dias de hoje a qualquer recém-formado que saia da universidade repetindo chavões em defesa das revoltas de Lampião, o espírito libertador de Palmares e a vitória da Democracia contra o tirano regime militar. Camilo, como passarei a chama-lo neste módulo de estudos que iniciamos agora, foi um *grande* historiador pois não absorveu o que havia em seu tempo e se conformou, tornando-se assim digno do superlativo por defender “a história certa”, não, o belo-horizontino viveu seu tempo com olhos atentos, e consumiu a literatura relativa às ideias, história e religião no Brasil com voracidade e espírito sacro, guardando-as como quem guarda um tesouro; não escondendo-as, mas entregando-as com caridade multidisciplinar a todos os que quiserem acessar sua obra. Nessa pesquisa de vida inteira, Camilo estudou temas gerais, de panorama, como o “Brasil Império”, mas com profundidade que é refletida naturalmente por sua escrita quando ao falar do Segundo Reinado, passa a falar sobre o governo de gabinete, passando para o de província, daí ao sistema eleitoral e não apenas o sistema, mas suas mazelas, seus defeitos que lhe formavam uma máquina de fraudes, ouvimos então palavras como:

O que os presidentes de conselho não podiam fazer e faziam era utilizar a máquina policial e administrativa para arrancar das províncias as maiorias que os apoiassem. E, neste capítulo, liberais e conservadores, com alguns casos raros de lisura, levaram para o túmulo graves pecados. Poucos os políticos brasileiros que, até hoje, conservam a inocência batismal nesta matéria.

Eis porque Camilo é digno do superlativo, ele não se vê como alguém que *faz a história* (eis aqui a grande falha na formação dos historiadores modernos), antes vê a História como agente imperioso da realidade, cabendo ao historiador apenas ter olhos para vê-la, e vendo-a, anunciá-la. O que diferencia o historiador medíocre do notável é o espírito crítico, e esse habitou em Camilo como que em um profeta¹. Para ler a História e saber interpretá-la é necessário o dom de conhecer ou, quando na falta deste, a excelência na disciplina em estudar os grandes intérpretes. Todos os “grandes historiadores” das duas últimas gerações no Brasil (1960 em diante) são, na verdade, criadores de história e, assim, não estão compromissados com a História do Brasil, mas com a sua própria História, esses não se veem sujeitos ao império da realidade, antes veem a realidade como ferramenta de construção do futuro. João Camilo não, olhando para trás enxerga as distorções causadas pelo processo eleitoral tendencioso do início do Segundo Império e anuncia: o processo ensejava o erro, e dele aproveitaram-se tanto liberais quanto conservadores.

¹ Na aula “Conhecimento e Profecia” falamos sobre o ato de conhecer em Aristóteles, quando na Suma Teológica III, o santo doutor discorre sobre a profecia como um dom de ver aquilo que é desconhecido ao público, e vendo, o verdadeiro profeta anuncia. Faço aqui o paralelo ciente do abismo intransponível entre conhecer História e conhecer os Mistérios de Deus, por isso a citação é apenas alegórica, não de sentido *stricto*.

Com esse ofício de Historiador, ganha a sociedade que recebendo sempre as gerações futuras em seu seio, vai formando uma geração presente ciente do que realmente aconteceu em suas terras, o que propicia à comunidade viva o diagnóstico correto para sanar os erros deixados pelos que já se foram. Os construtores de história, no entanto, superabundam em nosso tempo e impedem a produção desse diagnóstico assertivo, caminhando a passos largos na tarefa de construção do “mundo perfeito” (insânia que viveu seu ápice na Semana de Arte Moderna, que neste ano de 2022 comemora seu centenário). Todos sabemos, pois não nos faltam experimentos nesse sentido, que sempre que o homem tenta realizar na Terra o que apenas Cristo pode fazer, o resultado é miséria e destruição².

Camilo é monarquista, e católico acredita pessoalmente no poder régio guiado pelos estatutos de Deus, tal beatitude não o tornou militante monarquista, mas Historiador. Olha nosso escritor para o passado, e o que vê, relata com sua interpretação adicional, sempre bem sinalizada e jamais homogênea para com os fatos.

O Conservadorismo

A primeira obra que tenho em mente para começar aqui nossa série de aulas sobre João Camilo é *Os construtores do Império*, e esta se inicia curiosamente com um discurso sobre o Conservadorismo. É curioso pois não é necessário que seja assim, mas o autor vê necessidade de falar sobre o espírito que movia a Coroa, e esse espírito é hoje demonizado pelas almas penadas que dão aula de História nas Universidades e na Imprensa. Camilo mostra previamente (a maioria de seus escritos datam dos anos 60) que o Conservadorismo não é o Reacionarismo, deixando-nos a prévia do que viria após sua morte, a confusão por parte de falsos mestres de que ambos os espíritos são um mesmo. Na obra aqui mencionada, o autor nos apresenta as posições confrontantes ao conservadorismo, são quatro, a saber:

Imobilismo: Posição que não aceita qualquer espécie de mudança, que pretende que a situação atual se mantenha sem qualquer modificação.

Reacionarismo: nega o tempo, igualmente, e de maneira mais radical do que o imobilista, pois pretende que ele reflua: quer que o rio volte à fonte, que a árvore retorne à condição de semente.

Progressismo: acreditam que a história é sempre um campo em que se realiza, automaticamente, um progresso continuado, e onde, pois, o novo é sempre bom.

Conservadorismo: O conservador reconhece o tempo, mas como sendo passado e futuro. Não nega o passado, não nega o futuro: o dia de amanhã poderá trazer grandes alegrias se soubermos trabalhar.

² Há no estudo das religiões a detecção de um padrão nesse sentido, como que um mito recorrente de homens que tentam elevar a Terra aos Céus, e acabam no Inferno. A construção da Torre de Babel, mito judaico que se repete na civilização suméria com o Enmerkar, narra a tentativa de unir Terra e Céu, terminando com a destruição do projeto por parte da divindade que não apenas cancela a obra arquitetônica, mas ao distribuir entre os trabalhadores centenas de idiomas diferentes, aniquila a possibilidade futura de reunião daquela equipe de trabalho. A união terra-céu só pode ser realizada por uma arquitetura reversa, onde o Construtor lança as bases de cima para baixo como na cidade mágica de Ítalo Calvino (*As cidades invisíveis*). Todos os projetos que tentam realizar na Terra o que apenas Cristo realizará com “novos Céus e nova Terra” fracassarão, e não apenas não elevarão o homem a uma melhor qualidade de vida, como colherão os frutos de um projeto onde o autor é pecador.

Para Camilo, o conservador tem como principal marca a afeição às reformas, e aqui faz-se necessário discorrermos sobre a leitura que o autor faz sobre o Conservadorismo.

Uma das obras que Camilo desejava lançar, mas não veio a ser concluída devido à morte do autor, foi *O pensamento político no Reino Unido*. O historiador mineiro conhecia muito bem o que se passava – e as formações das ideias – na Europa. Conhecia a história de Portugal e do Reino Unido como poucos de seu tempo, e entendia plenamente as afeições formadas na alma do europeu ao longo do século que se seguiu à Revolução Francesa³ – não exagero, basta ler *A democracia coroada* e verificar que aqui os elogios não são desmerecidos. Citando Russel Kirk, Camilo repete os seis pontos listados pelo autor britânico no clássico *Conservative Mind*:

- a) crença numa ordem divina para a sociedade e para a consciência;
- b) valorização da variedade e colorido na vida tradicional;
- c) reconhecimento da legitimidade da existência de classes e hierarquias sociais;
- d) convicção de que propriedade e liberdade estão intimamente ligadas;
- e) tradicionalismo;
- f) distinção entre “mudança” e “reforma”, ou, talvez, para ficarmos mais de acordo com o vocabulário brasileiro, entre “revolução” e “reforma”.

Ou seja, a definição de Conservadorismo para João Camilo não é interpretativa, mas histórica. Reconhece, nosso mineiro, que não é necessário definir o Conservadorismo quando já temos herança de um filósofo político inglês – além de filósofo, Kirk foi crítico literário ímpar, tendo grande obra publicada sobre outro gênio de sua pátria, o poeta T. S. Eliot. Se filósofo, conhecedor da história das ideias, se filósofo inglês, ciente dos desenvolvimentos intelectuais de sua pátria nas últimas décadas. Com tal currículo, Kirk apresenta-se a Camilo como alguém capacitado para relatar o que construiu a Mente Conservadora no Reino Unido, e segundo o autor britânico o que construiu (e se materializou) foi: uma mentalidade política, afeita à defesa da tradição para construção de um futuro seguro e bem-aventurado, por meio de reformas calcadas nos valores pátrios.

Veja que o Conservadorismo segundo sua construção clássica (inglesa) é uma disposição de espírito manifesta politicamente, e aqui temos uma distinção que por ser profunda passa despercebido dos leitores menos atentos: Oakeshott⁴ trata o Conservadorismo como um aspecto de *formação humana* (essência, caráter), enquanto Kirk revela o Conservadorismo ativo na sociedade, portanto, *político*. Essa complementação (pois não vejo como divisora, mas complementar as visões de ambos os autores ingleses) revela aspectos vitais que foram absorvidos por Camilo: primeiro, o conservador não é conservador por partidarismo, não é possível “virar conservador” pois trata-se de formação de caráter, ou você tem o caráter conservador – por formação ou compreensão na maturidade – ou não tem; segundo, o conservador necessariamente é um agente político, e consequentemente reformista, pois para preservar o que já se conquistou é necessário, vez por outra, adaptação.

³ Sobre as expectativas e decepções do povo europeu no século que sucedeu a Revolução Francesa, é mister ler *O Germinal* de Émile Zola (1840 – 1902), onde o autor francês descreve as esperanças da classe trabalhadora no interior da França após a Revolução, e a decepção que tomou as parcelas mais pobres da sociedade ao ver que não apenas a vida não melhorou, como até mesmo piorou depois que a monarquia caiu e o povo se livrou da coroa para cair nas mãos do mundo competitivo onde o trabalhador precisa trabalhar 18 horas por dia para fazer jus a um salário suficiente para pagar o aluguel e comprar pão e manteiga.

⁴ Michael Joseph Oakeshott (1901 – 1990), filósofo inglês profícuo em escritos sobre Filosofia da História, da Religião, do Direito e outros temas sobre os quais dedicou seus escritos.

O problema brasileiro com relação à compreensão do exercício conservador se dá em ambas as conclusões listadas acima, uma vez que a sociedade brasileira se descobriu patriota com a eleição de um candidato militar após 35 anos de governo civil (ou seja, exatamente após uma geração a partir da redemocratização), e assim teve de pela primeira vez, no caso dos menores de 35 anos, se tornar protetor da Pátria; ou lembrar após quase quatro décadas que já foi protetor do Brasil um dia, no início do governo militar, no caso dos maiores de 50 anos. Não há concepção de caráter conservador hoje no Brasil, existindo apenas a identificação partidária. Ser patriota no Brasil, hoje, é apoiar o partido patriota. Da mesma forma todos os demais matizes político-sociais do Brasil só se apresentam ao serviço hoje partidariamente, seja o cidadão um progressista, reacionário ou socialista, depois de um século de sufrágio universal não existe mais no Brasil espaço para exercício político apartidário.

Se essa maldição legada ao Brasil pelos construtores da democracia do século XX relata fielmente a primeira conclusão vista acima (a formação humana no homem conservador), a segunda conclusão (o conservador é um agente político) compreende-se ao desfazer o nó atado junto ao termo “política” em nosso tempo.

Política – s. f., arte ou ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados; ciência política.

A Política é uma ciência! É necessário exclamar pois somos bombardeados constantemente por dejetos mentais que anunciam ser a política “a arte do possível”, “um campo de ação onde vence o mais esperto” e tantos outros aforismas populescos de mais baixa moral. A política é uma ciência e assim todo político verdadeiro é um cientista, alguém que busca por conhecer em seu campo de atuação, sendo esse campo a direção e administração de Estado. Veja que não existe vínculo obrigatório a cargo público (!), nem a processo eletivo. Quantas esferas da sociedade são organizadas e gerenciadas por pessoas sem cargo público ou até mesmo sem apoio ou eleição popular? Não são as bibliotecas comunitárias ação individual popular de grande impacto na formação de futuras gerações (e informação das gerações presentes)? Para se construir uma biblioteca e ser um agente de Educação em sua cidade é necessário ser deputado estadual? Claro que não, sequer você precisa ser eleito presidente da Biblioteca, uma garagem de uma casa e um acervo de livros já é o suficiente. Posso discorrer sobre diversos outros exemplos, bastando listarmos as esferas sociais: Religião, Caridade, Educação, Saúde, Segurança Pública, Proteção de Patrimônio Público e por aí vai.

Quando João Camilo fala sobre o Conservadorismo, fala sobre o ser político na mesma linha que Tiago fala sobre as obras como consequência material da fé. Se não existe fé verdadeira sem obras, não existe conservadorismo sem política. Entendamos as obras e a política, identificaremos o espírito crédulo e o espírito conservador.

A falta que faz o rei

Quando trata da política brasileira no Império, Camilo entra nos meandros dos acontecimentos históricos, citando diversos autores como Heitor Lyra, Andrade Pinto, Orlando M. Carvalho e tantos outros cuja obra não são consumidas pelo público geral, e na universidade foram sufocados pela produção militante que nasceu durante o período do governo militar. Essas citações enriquecem a obra do João Camilo, e por conseguinte o próprio leitor, que ao ler sua obra entende, por exemplo, que às vésperas de completar seus 15 anos em 1840, Dom Pedro II tem sua maioria decretada para evitar a desintegração do império, que se via soçobrado pela gana de poder (há meio século antes do golpe militar de Deodoro!) de Liberais e

Conservadores. Esse episódio foi anunciado ao longo da história como “O golpe da maioria”, na clássica atitude liberal brasileira de chamar de “golpe” tudo aquilo que visa defender a integralidade da República. A respeito desse momento de nossa história, Camilo registra:

A Maioridade, se dava ao Estado um símbolo vivo e palpável, não significava, porém, um governo forte; a estrutura do poder perdia-se numa organização policial eletiva, grande autonomia das assembleias legislativas provinciais, que dispunham sobre todos os assuntos da província, reduzindo o governo imperial aos negócios do Município Neutro. E o chefe do Estado, se era um símbolo vivo e concreto da autoridade, não passava de um menino, preocupado com seus estudos, inexperiente e mesmo pouco interessado em política. Não raro vemos em autores, antigos ou modernos, que tratam dessa época e se referem a D. Pedro II como se, de fato, exercesse qualquer influência direta na vida nacional... Evidentemente, isso não aconteceria.



D. Pedro II, aos 14 anos quando de sua sagração, no Rio de Janeiro.

A realidade da política brasileira no Segundo Reinado é muito bem representada por outro grande contador de histórias brasileiro, Machado de Assis, que em Esaú e Jacó retrata na família Batista a burguesia nacional, vivendo por conta dos bailes da corte à espera de um gabinete. No Capítulo XLVII – S. MATEUS, IV, 1-10, Machado descreve a tensão do casal Batista em meio à queda dos Conservadores:

Se há muito riso quando um partido sobe, também há muita lágrima do outro que desce, e do riso e da lágrima se faz o primeiro dia da situação, como nos Gênesis. Venhamos ao evangelista que serve de título ao capítulo. Os liberais foram chamados ao poder, que os conservadores tiveram de deixar.

Se o leitor deseja entender o pensamento dos políticos daquela época, leiam o capítulo aqui referido desse que sem dúvidas é o mais sério dos romances machadianos. Todos só pensavam em chegar ao poder, e projeto nacional não havia nenhum que fosse tão sólido a ponto de ser a pedra fundamental de algum partido. É devido a essa realidade que a expressão “não há nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder” se tornou um clássico da época, pois o poder era almejado apenas por sua própria existência mesma. Liberais queriam chegar no poder, e chegaram, pois ao verem os Conservadores no poder trabalharam pela maioria de Pedro de Alcântara para, assim, terem ao menos uma sucessão entre Conservadores e Liberais no poder, o que veio a acontecer.

O cenário que pedia a presença de uma autoridade real – e autoridade só existe onde há um líder, o que acontece na Monarquia, mas nunca nas Democracias – era o do Brasil Regencial, um país em frangalhos com guerras civis de norte a sul. Não há cenário mais caricatural do que é o Brasil sem rei do que a regência de Feijó, o padre assumiu a frente do país em outubro de 1835 e não chegou a completar dois anos no exercício do posto, no entanto em sua regência o Brasil vivia a Cabanagem no Pará, a Farroupilha no Rio Grande do Sul e diversas outras revoltas que após sua deposição, se transformaram em episódios históricos de nossa Pátria como a Sabinada, na Bahia, e a Balaiada, no Maranhão. Esses conflitos últimos foram administrados por quem chegou para suceder a Feijó, e foi ele Pedro de Araújo Lima, Conservador pioneiro no Brasil que soube ser o líder que Feijó não foi. Usando de força bruta e autoridade, o regente único reprimiu as revoltas tomando todas as duras medidas que se fizeram necessárias nos campos de batalha.

Foi esse o Brasil que viu um rei no local certo, mas com a idade errada. Chamar a decisão de emancipar o reinado de Pedro de Alcântara de “golpe da maioria”, é cachorrada que um Historiador não faz, e Camilo não é um construtor de realidades, viu com seus olhos o episódio como verdadeiramente foi, a salvação da desintegração nacional.

A política de província

Camilo trata com acuidade a política realizada nas províncias do Brasil. O Segundo Reinado foi um período de adaptação ao poder por parte dos agentes políticos no Brasil, e essa adaptação contou inclusive – quiçá principalmente – com o aprendizado de formação de maiorias, o que hoje é a característica identificadora de nossa política. Tanto Liberais quanto Conservadores, ao subirem ao poder (para utilizar a linguagem machadiana) precisavam formar maiorias no interior das províncias, uma vez que era impossível governar e fortalecer o poder atentando apenas para o Rio de Janeiro, o chamado Município Neutro. Não foi preciso muito tempo para que ambas as principais forças políticas do Brasil entendessem onde era possível interferir, ganhando maioria no interior de um País que naquele momento era um país rural, diz o historiador:



As províncias do Brasil em 1889

Mas acontece que, por força das condições puramente sociais do país (densidade demográfica, população praticamente rural etc.), a vida eleitoral era impraticável. Faltava o que havia na Inglaterra: uma população urbana densa, uma classe média sólida.

João Camilo diagnostica perfeitamente, não é exatamente esse o eterno problema de nosso país? Contemporâneo de Camilo foi outro grande brasileiro, Mário Ferreira dos Santos, que chegou exatamente à mesma conclusão e, ainda que sendo um Libertário convicto, entendeu cedo que é impossível transformar o Brasil a partir da base, pois o brasileiro é um povo culturalmente miserável. Quando Camilo identifica que falta ao Brasil o que a Inglaterra tinha e que possibilitou-a transformar-se reformando – e ainda que hoje seja algo semelhante a um

país socialista, é um país que preserva sua tradição, e isso é o mais importante na política nacional à parte o interesse partidário –, entende o historiador que para nossos políticos restou o trabalho de arregimentar as majorias e, com elas, “tratorar” as minorias. E assim foi feito por todos, do Imperador ao delegado de polícia do interior.

Na busca pela formação de majorias, desenvolveu-se no Brasil a política de polícia, quando os presidentes de província entenderam que em um país rural, quem vota não é o eleitor urbano, mas o cidadão que vive no campo e recebe ordens de um proprietário rural, nasce então a concepção perfeitamente registrada por Victor Nunes Leal:

Neste capítulo assumem relevo especial as figuras do delegado e do subdelegado de polícia. A nomeação dessas autoridades é de sumo interesse para a situação dominante no município e constitui uma das mais valiosas prestações do Estado no acordo político com os chefes locais. Embaraçar ou atrapalhar negócios ou iniciativas da oposição, fechar os olhos à perseguição dos inimigos políticos, negar favores e regatear direitos ao adversário – são modalidades diversas da contribuição do governo estadual à consolidação do prestígio de seus correligionários no município.⁵

O Brasil viveu no fim do Império um cenário já de politicagem, inclusive com a instituição dos modelos de fraude eleitoral que grassariam no Brasil República tão sonhado pelos liberais que, pregando o poder ao povo, o enganavam para que votassem em quem o sistema queria.

A leitura do historiador sobre o qual estamos debruçados é de que o divisor de águas na politicagem brasileira foi uma lei que, não necessariamente é boa, mas que mudou (e isso é inegável ao autor) a realidade, quando pouco trocando problemas maiores por menores, a Lei Saraiva. Diz o autor:

[...]o importante, o essencial, o verdadeiramente revolucionário, o que marcaria época e daria a Rui Barbosa a sua grande oportunidade na história do país, a sua conquista democrática, o que faria da lei Saraiva, no dizer de Sabino Barroso, o ponto de glória do Partido Liberal era algo de modesto na aparência, mas profundo em suas consequências: o título eleitoral.

Repito, pois sei do vício de leitura que acomete nossa geração: Camilo não defende a sua história, mas interpreta a História. Não está em nosso poder ser a favor ou contra a Lei Saraiva, esta foi decretada em 1881 e quanto a isso não há o que fazer, apenas analisar. No trecho destacado, Camilo está detectando pontos importantes de nossa história: Rui Barbosa encontrou seu lugar em nossa História em grande parte por seu posicionamento progressista em um ambiente voltado para o fim a qualquer custo do poder régio; e ainda, o Partido Liberal encampou e venceu uma luta de apelo popular, e essa glória jamais lhe seria retirada, o cidadão recebeu nas mãos uma cédula oficial do Estado que lhe dava um poder, real pois tátil, tornando-o também um pequeno rei desse Império Luso-brasileiro.

Fernando Melo
Brasília, 8 de janeiro de 2022

⁵ LEAL. V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. Companhia das Letras. São Paulo, 2012.